

## CONGRESSO

# Escala 6x1 vira novo conflito

Governo tenta acelerar a votação da redução da jornada de trabalho, mas enfrenta reação da indústria e disputa na Câmara e no Senado sobre a tramitação do texto

» WAL LIMA

O avanço da proposta de redução da jornada de trabalho no Brasil escaurou um duplo embate: de um lado, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenta acelerar a medida por meio de projeto de lei; de outro, enfrenta resistência crescente do setor produtivo, enquanto a Câmara dos Deputados insiste em conduzir a discussão via Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

A divergência sobre o formato da tramitação se soma às críticas de entidades empresariais, que apontam riscos econômicos relevantes na proposta de reduzir a jornada para 40 horas semanais sem redução salarial e extinguir a escala 6x1. O governo defende que o projeto de lei permite maior agilidade, enquanto o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), sustenta que a PEC garante um debate mais amplo e estruturado.

Atualmente, duas iniciativas estão em análise na Câmara dos Deputados. Uma delas é uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que consolida ideias apresentadas pela deputada Erika Hilton (PSol-SP) e pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG). Enquanto Hilton propõe a adoção de uma jornada de quatro dias de trabalho com três de descanso, respeitando o limite de 36 horas semanais, Lopes sugere apenas a fixação de um teto semanal, sem determinar a distribuição dos dias trabalhados.

Essa proposta tem o aval do presidente da Câmara, Hugo Motta. Em fala recente, na quarta-feira, ele classificou o texto como “mais equilibrado” e indicou a intenção de levá-lo à votação até o fim de maio.

Na sexta-feira, em reunião com o ministro de Relações Institucionais, José Guimarães, logo após o envio, por parte do governo federal, de um PL sobre o tema, que estabeleça jornada semanal de até cinco dias de trabalho e carga horária total de 40 horas, com um pedido de urgência na tramitação, com o objetivo de votar a matéria em um prazo de até 45 dias, Motta sinalizou que o projeto seguirá o rito ordinário de tramitação e que, neste momento, não há previsão de designação de relator.

A estratégia do governo era avançar com o projeto de lei, que exige maioria simples (257 votos) para aprovação. Já a PEC demanda um quórum mais elevado, com apoio de 60% dos deputados, o equivalente a 308 votos.

Enquanto o debate institucional avança, o setor industrial intensifica a pressão contra a proposta. A Confederação Nacional da Indústria (CNI), em conjunto com federações e sindicatos, afirma que o debate é legítimo, mas alerta para efeitos diretos sobre custos, investimentos e geração de empregos.

Estimativas apontadas pela entidade sinalizam que a redução da jornada para 40 horas pode elevar em até R\$ 267 bilhões por ano os custos com trabalhadores formais, o equivalente a um aumento de até 7%. Na indústria, o impacto seria ainda maior: cerca de 11%, ou R\$ 88 bilhões.

Para o setor, a discussão vai além da carga horária e envolve a competitividade do país, que cresce apenas 0,2% ao ano desde 1981 e enfrenta desafios como alto custo de produção, insegurança jurídica e baixa produtividade. Hoje, o Brasil ocupa a 100ª posição entre 189 países no ranking da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Outro argumento é que a jornada média gira em torno de 39 horas semanais, considerando

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



Em relação à proposta do governo, Motta afirma que a tramitação será o ritmo ordinário

Lula Marques/ Agência Brasil



Sóstenes diz que o projeto é totalmente eleitoreiro: “Vamos fazer do limão uma limonada”

acordos coletivos e especificidades de cada setor, o que reforçaria a necessidade de manter flexibilidade nas regras.

Já a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) defende que mudanças na jornada devem respeitar as negociações coletivas. A entidade avalia que uma alteração sem ganho de produtividade ou redução do chamado “Custo Brasil” tende a gerar inflação, perda de competitividade e aumento da informalidade.

“O engessamento da jornada por via constitucional, sem considerar as especificidades de cada setor, compromete a autonomia de empresas e trabalhadores”, diz o presidente da Fiesp, Paulo Skaf.

## Medida eleitoreira

A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) também criticou o debate acelerado sobre o tema e disse por meio de nota que a mudança é “insustentável” e “eleitoreira”, com efeitos danosos à economia.

A entidade também considerou a proposta como precipitada e uma medida “insustentável” e alertou para possíveis perdas de até 18 milhões de empregos, além de impacto negativo no PIB. “O que vemos é uma medida que pode afetar diretamente a geração de empregos e a competitividade das empresas

brasileiras”, afirmou o presidente em exercício da entidade, Mário Marques.

O discurso voltado para as eleições também foi defendido pelo líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RI). “Um projeto totalmente eleitoreiro, mas vamos fazer do limão uma limonada”, disse ele.

Na quarta-feira, o líder na oposição na Casa Legislativa adotou o mesmo tom em coletiva de imprensa: “Se fosse tão fácil resolver esse problema da escala 6x1, que agora o governo quer apresentar como solução, isso já teria sido feito. O governo já teve tempo suficiente. A gente precisa tratar esse assunto com maturidade e responsabilidade e essa medida dele (do governo) é completamente eleitoreira”, afirmou o parlamentar que defendeu que o debate precisa ser conduzido com mais responsabilidade.

## Debate maior

Especialistas apontam preocupação com a velocidade da tramitação defendida pelo governo. O professor de ciência política da PUC-SP, Roberto Beijato Junior, avaliou que a escolha pelo projeto de lei reduz o tempo de debate de uma medida com efeitos estruturais. “Sem dúvidas há uma pressão do governo em simplificar o processo legislativo. Aprovar uma lei

ordinária é muito mais fácil do que uma emenda à Constituição, que exige quórum qualificado e dois turnos em cada Casa. O problema é que isso abrevia um debate que deveria ser mais profundo”, afirmou o professor.

Na mesma linha, a advogada trabalhista Elisa Alonso afirma que o avanço acelerado reflete mais o ambiente político do que uma construção técnica sólida. Ela alerta para impactos em setores como comércio, saúde e indústria, especialmente sem uma transição estruturada.

“Em um ambiente marcado por forte apelo político e eleitoral, era esperado que essa pauta avançasse rapidamente. Mas a ausência de análises setoriais pode gerar impactos relevantes, especialmente em áreas como comércio, saúde e indústria”, avaliou a advogada trabalhista.

A especialista em direito empresarial e do trabalho Débora Cursini destacou que o principal desafio será a implementação prática, sobretudo em atividades que exigem funcionamento contínuo. “O desafio agora é menos político e mais técnico. A implementação de uma jornada reduzida, sem perda salarial, exige planejamento, sobretudo em setores com funcionamento contínuo. Sem isso, há risco de insegurança jurídica e aumento de custos.”

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

## Ao lado de Sanches, Lula sobe o tom contra Trump em evento na Espanha

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) subiu o tom nas críticas ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, por causa da guerra do Irã, ontem, durante a 4ª Reunião de Alto Nível do Fórum em Defesa da Democracia, em Barcelona. Durante o evento, ao lado do presidente da Espanha, Pedro Sanches, Lula criticou as guerras e o Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU). “Nós não podemos levantar todo dia de manhã e dormir todo dia à noite com um tuíte de um presidente da República ameaçando o mundo, fazendo guerra”, disse.

Embora o ambiente fosse favorável a um discurso em defesa da paz, o tom das críticas a Trump sinaliza que pretende trazer para o debate eleitoral a relação com os Estados Unidos, em meio a negociações com a Casa Branca sobre o Pix e à iminente adoção de novas tarifas contra o Brasil pelo governo norte-americano. O contexto político interno, muito impactado pelos efeitos econômicos da guerra do Irã e a sua ultrapassagem por Flávio Bolsonaro nas pesquisas eleitorais, sugere essa mudança de tática.

Ao elevar o tom contra Donald Trump em Barcelona, Lula mirou dois objetivos centrais: mitigar os efeitos econômicos internacionais sobre o cotidiano do eleitor e reconfigurar o debate eleitoral em torno da soberania e da política externa. “O que não pode é o mundo gastando US\$ 2 trilhões e 700 bilhões em armas e o povo passando fome”, destacou Lula. A 4ª Reunião de Alto Nível do Fórum Democracia Sempre reúne chefes de Estado e de governo de diferentes regiões do mundo para debater o fortalecimento das instituições democráticas e os principais desafios globais à governança.

Criado em 2024 por iniciativa de líderes progressistas, entre eles Lula e o espanhol Pedro Sánchez, o Fórum Democracia Sempre busca ampliar a articulação internacional em defesa da democracia diante do avanço de movimentos autoritários e extremistas em diferentes países. A edição deste ano ocorre em meio a conflitos armados em diferentes regiões, como no Oriente Médio, e ao aumento das tensões políticas internacionais, incluindo embates envolvendo o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Lula aproveitou a oportunidade para aprofundar a polarização política com o presidente Jair Bolsonaro: “Nós temos um ex-presidente preso, condenado a 27 anos de cadeia. Nós temos quatro generais de quatro estrelas presos porque tentaram dar um golpe. Mas o extremismo não acabou. Ele continua vivo e vai disputar a eleição outra vez”. As pesquisas recentes mostram que o tempo fechou para Lula: há queda de popularidade e o risco eleitoral reduz a expectativa de poder. A oposição de direita, com Flávio Bolsonaro em destaque, avançou em cenários de segundo turno; em alguns levantamentos, o filho do ex-presidente está à frente fora da margem de erro. Lula acusou o golpe. “Mas ele é um problema nosso. Ele é um problema do povo brasileiro. Esse a gente lida com as nossas forças e com as nossas armas lá dentro”, reconheceu.

## Guerra e feijão

A escalada do conflito dos EUA e de Israel com o Irã já pressionou preços de energia e alimentos, com isso, a percepção pública sobre a economia se deteriora apesar de indicadores macroeconômicos relativamente sólidos. A alta do preço do petróleo e seus efeitos inflacionários atingem diretamente custos de transporte, combustíveis e alimentos, amplificando a sensação de aperto sobre famílias endividadas e sobre os eleitores de renda média. Lula reforça o discurso de que não cede a interesses estrangeiros na esperança de atrair eleitores preocupados com autonomia econômica e identidade nacional.

Ao afirmar que “Trump invade o Irã e aumenta o feijão no Brasil”, Lula carrega nas tintas e transforma a geopolítica em apelo emocional. As pesquisas dirão se conseguirá mobilizar segmentos sociais que sentem o impacto imediato da inflação e da carestia, bem como eleitores que valorizam discurso de defesa nacional, embora com certeza mobilize apoio da base partidária e de atores progressistas internacionais, como no evento da Espanha. Entretanto, elevar o confronto retórico com os EUA pode bloquear canais diplomáticos para o Brasil e inviabilizar acordos técnicos e negociações comerciais e financeiras.

No plano interno, também pode funcionar como bumerangue, caso o discurso seja acolhido como um oportunismo eleitoral. Há um equilíbrio frágil entre a crítica legítima a Donald Trump, cuja imagem desce a ladeira nos Estados Unidos e no mundo, e uma escalada desnecessária que pode acarretar retaliações econômicas e políticas da Casa Branca. A escolha do evento em Barcelona e de Pedro Sánchez como interlocutor foi um gesto calculado. O ataque a Trump reforçou alianças ideológicas e atraiu cobertura internacional favorável.

Mas o sucesso de Lula depende mesmo é de respostas efetivas aos problemas econômicos, sociais e políticos internos. O anúncio subvenções a combustíveis e gás, linhas de crédito para setores estratégicos e tributação compensatória busca sinalizar ação concreta do governo para mitigar os efeitos da guerra. Entretanto, as controvérsias dentro do próprio governo sobre a “taxa das blusinhas”, a subvenção à gasolina e a margem para esses e outros gastos revelam que o governo está propenso a adotar a retórica de uma “economia de guerra” para enfrentar as dificuldades eleitorais.

HÁ UM EQUILÍBRIO FRÁGIL ENTRE A CRÍTICA LEGÍTIMA AO PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS E UMA ESCALADA RETÓRICA DESNECESSÁRIA QUE PODE ACARRETAR RETALIAÇÕES DA CASA BRANCA